

Dória e Rossile saíram e deixaram o caos - o novo secretário Feder não está nem aí para os problemas das escolas. É urgente a necessidade da Assembleia

A ampliação das PEIs a toque de caixa, junto com a implantação da Reforma do Ensino Médio pelo governo Dória/Rossiele, tem gerado um verdadeiro caos para os professores que estão com as escolas regulares abarrotadas de alunos. Como os alunos precisam trabalhar, para ajudar a compor a renda das famílias, eles acabam deixando as PEIs, e naturalmente abarrotando as escolas regulares. Para piorar a situação, diretorias de Ensino se recusam a abrir novas salas, mesmo nas escolas onde existem salas ociosas. Temos vistos filas de pais nas escolas, implorando para conseguirem vagas para seus filhos. A onda de calor nas escolas sem qualquer infraestrutura, associado às jornadas estafantes dos professores, vêm fazendo da escola espaço de maior insalubridade.

As imposições do governo, relacionadas à atribuição, priorizam todos os que optaram pela maior jornada ou carga horária, tendo como justificativa a lei 1374/22 da nova carreira. Esta representa uma grande derrota da categoria, pois, condena todos os que aderiram a ter subsídio como pagamento mensal, professores contratados sem conquistas na carreira, à submissão de dedicação ao trabalho e, o pior, ao aumento da jornada de trabalho com a APD (atividade pedagógica diversificada). Um pesadelo para quem é obrigado a cumprir horário na escola sem ter formação, salas apropriadas e equipamentos. A lei do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, aprovada em 2008, que foi conquistada por todos os professores no Brasil, diz que, na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos, e 1/3 para atividades extraclasse.

Uma das principais tarefas que temos este ano é defender a redução da jornada para que, de fato, seja aplicada, e isso faremos por meio das ações diretas que a categoria sempre fez. Não podemos aceitar que a APD, o pesadelo de todos, e a imposição de maior jornada ou carga horária, seja naturalizada por todos profissionais da Educação.

As escolas iniciaram o ano letivo com um número ainda menor de funcionários. Com o fim dos contratos precários dos supervisores, os poucos que ficaram estão sobrecarregados. O governo abriu processo seletivo para sua contratação, com os contratos para dois anos. A limpeza e a merenda das escolas também passam pela pressão de poucos funcionários, para muito serviço. Às vezes, uma única funcionária da limpeza deve dar conta de toda a higiene das escolas. Uma única merendeira tem de cozinar para centenas de alunos, funcionários e professores. Com a crise, aumentou, e muito, o número dos que comem nas escolas. Volta e meia, as empresas que são controladas por quadrilhas ligadas aos governos pegam o dinheiro, e fogem, largando esses trabalhadores sem os salários e encargos trabalhistas.

A mistura de alunos das diferentes periferias das cidades tem provocado as rixas e rivalidades entre os adolescentes, que são alvo da destruição das forças produtivas e da intensificação da barbárie capitalista. Muitas escolas, agora, contam com câmeras de vigilância, os diretores assimilaram a política de repressão dos governos, e têm chamado a polícia para reprimir os alunos, nas portas das escolas.

Com a atribuição online, o governo atribuiu aulas sem qualquer critério, os diretores podem dizer se o professor que pleiteia as aulas atende ou não as "necessidades pedagógicas da

escola". Não se respeitam a pontuação, nem as jornadas. A resolução 85/2023 fez voltar o clientelismo para os professores da chamada categoria O, que já são contratados de forma precária. Desde o ano passado, estes professores têm tido problemas com os seus pagamentos. É perceptível que o governo só permitiu a prorrogação dos contratos para depois dar aos diretores e supervisores o poder de escolher os professores que quiserem. Um outro problema é a não abertura de contratos com menos de 19 aulas. Em várias escolas, existem salas sem professores, e em toda a rede existem milhares de professores desempregados. Só na Diretoria de Caraguatatuba, existe um montante de mais de 3 mil aulas para serem atribuídas. Com a demissão dos chamados professores proatecs, o desemprego se avolumou na categoria. O governo só permite a contratação desses professores quando a escola zera seu saldo de aulas para serem atribuídas.

A direção do sindicato tem feito corpo mole, e disse que só marcará a assembleia depois da Plenária Inter Congressual da CNTE. Está evidente que a direção do sindicato, com a sua já corriqueira política de colaboração de classes, não se preocupa com as terríveis condições em que se encontram as escolas e o magistério. É mais que urgente a assembleia geral, para que a categoria trace um plano de lutas contra Tarcísio/Feder, que são os responsáveis pelo caos nas escolas.

Por causa desse caos em que se encontram nas escolas, é urgente chamarmos a assembleia para 24 de março, na avenida Paulista.

Real independência de classe diante do governo burguês de frente ampla dos capitalistas e submisso ao imperialismo norte-americano de Lula/Alckmin

No contexto internacional, temos a guerra da Ucrânia, que completou um ano, e parece estar longe de uma solução final. Essa guerra intensifica instabilidades econômicas pelo mundo, com a carestia do custo de vida, gerado a partir da inflação. Os Estados Unidos, que

tentam cercar a Rússia através da OTAN, se veem obrigados pela crise econômica, cada vez maior com o fenômeno da desindustrialização de sua economia, a pressionar também a China, ampliando suas bases do Pacífico, e tenta ampliar o conflito por Taiwan.

Na Europa, pressionada pela crise econômica, os trabalhadores da França lutam contra a reforma da Previdência de Macron. Na Inglaterra, os operários também ergueram lutas e greve geral contra a inflação e o descarrego da crise sobre os explorados. No Oriente Médio e região, as massas também se levantam contra as medidas dos governos de plantão.

Na América Latina, operários retornam às ruas na Bolívia, os assalariados combatem o governo golpista no Peru.

Enquanto isso, o governo Lula/Alckmin negocia (em benefício dos EUA) com o Uruguai, para que se afaste de acordos comerciais com a China, se omite de condenar o golpe no Peru, passa a atacar a Rússia na ONU, vacila em relação a não interferir nas questões internas da Nicarágua.

Em toda parte, é preciso unificar as lutas dos explorados contra a burguesia mundial, em primeiríssimo lugar, contra o imperialismo. Organizar os movimentos para defender a DERROTA MILITAR DA OTAN na Ucrânia, ainda que critiquemos a Rússia e nos oponhamos a seu governo por seus métodos burocráticos-ditatoriais-militares. Apoiar a unidade dos assalariados na Europa, que se levantam contra o arrocho salarial, o desemprego e o corte de direitos. Apoiar a luta dos oprimidos no Oriente Médio e na América Latina.

Em nosso país, temos de erguer as reivindicações mais sentidas pelas massas para lutar contra os capitalistas e seus governos. Nada de submeter as necessidades das massas ao apoio ao governo Lula/Alckmin! As organizações de massas, sindicatos, centrais, organismos da juventude, da população assalariada e dos camponeses pobres, todos unidos para lutar, com os métodos próprios de luta, com sua organização com real independência de classe (oposição revolucionária ao governo Lula/Alckmin), e tendo como estratégia própria de poder o governo operário e camponês, que só será conquistado pela via da revolução proletária.